

Higienismo e determinismo racial nos textos de Sílvio Romero sobre Machado de Assis

Fabio Muruci¹

Resumo:

O artigo examina a leitura crítica da obra de Machado de Assis feita por Sílvio Romero. A análise está centrada em dois objetivos. Em primeiro lugar, descrever como o suposto desinteresse de Machado pela paisagem nacional é considerado por Romero como um comportamento típico da mentalidade imperial fluminense, que governaria o país sem interesse pelas províncias. Em segundo lugar, argumentar que o uso de instrumentos biográficos e pressupostos raciais deterministas foi fundamental para que Romero pudesse estabelecer uma sincronia entre a suposta alienação pessoal de Machado diante de suas origens raciais e a cisão maior entre as elites do Rio de Janeiro e a verdadeira nação.

Palavras-Chave: Sílvio Romero; Nacionalismo Literário no Brasil; Raça; Higienismo.

Abstract:

The article examines the critical interpretation of Machado de Assis' literature made by Sílvio Romero. The analysis has two main objectives. Firstly, it intends to describe how the supposed disinterest of Machado for the national landscape was taken by Romero as a common tendency of the Rio de Janeiro's imperial elite that used to govern the country without interest for the provinces. Secondly, it tries to defend that Romero's use of biographic and racialist concepts was important to synchronize the supposed Machado's personal alienation from his racial origins with the unconcern of the Rio de Janeiro's elite for the true nation.

Keywords: Sílvio Romero; Brazil's Literary Nationalism; Race; Hygienism.

Machado de Assis foi cultuado, em seus últimos anos de vida, como o líder máximo da inteligência brasileira. O cultivo da perfeição nas belas letras, seu saber enciclopédico de clássicos e modernos e certa aversão ao debate escandaloso e polêmico eram colocados em oposição aos boêmios literários do Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Seu comportamento contido fornecia um modelo para os pretendentes a uma vaga na Academia Brasileira de

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Este trabalho desenvolve alguns pontos de minha dissertação de mestrado, *A paisagem oculta. Cidade e representação social em Machado de Assis*, defendida no PPGHIS da UFRJ em 1998. Gostaria de agradecer ao CNPq pela concessão de uma bolsa de mestrado. E-mail: fmuruci@yahoo.com.br.

Letras, da qual foi um dos fundadores em 1897. O próprio Machado contribuiu para esta imagem, já que, no cargo de presidente da Academia, sustentou uma política de isolamento da instituição das questões políticas mais palpitantes do momento. No discurso de abertura da sessão inaugural, em 20 de julho de 1897, defendeu a manutenção da união da classe literária no meio da turbulência política trazida pela República:

O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda a casta, às escolas e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da crítica e da eloqüência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-nos fazer com que ele perdure. (ASSIS, 1994, p. 926).

Esses princípios e sua atuação pública comedida estimularam a imagem de um escritor socialmente adaptado e cultivador das belas letras, defensor de um movimento de despolitização dos homens de letras. A academização da literatura foi considerada, na época, como uma nova conquista na superação do estágio atrasado do desenvolvimento da civilização no Brasil, que colocaria o país mais próximo dos hábitos da França literária respeitável. Nesse sentido, Machado de Assis seria um exemplo de escritor adaptado aos valores da *Belle Époque* literária brasileira. Desde então, o contraste entre esta imagem e a força corrosiva de sua obra literária vem se constituindo em um enigma, ao qual a crítica e a história literária brasileiras sempre retornam.

68

Porém, mesmo cercado pela aprovação da cultura literária oficial e dos pequenos grupos de amigos e admiradores que se reuniam em torno dele, Machado foi objeto de uma série de críticas duras, durante mais de meio século, vindas de algumas das figuras mais significativas da vida literária e intelectual brasileira. Entre estes, podemos citar Sílvio Romero, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre e Augusto Meyer, o que parece suficiente para afastar a hipótese de que se tratariam apenas de polêmicas do momento ou disputas pessoais.

Sem negar sua admiração pelo talento do autor de *Dom Casmurro*, para o pensamento de cada um daqueles críticos, sua literatura constituiu um desafio e uma fonte de estranhamento. Nesse sentido, a trajetória da recepção crítica de Machado de Assis constitui parte inseparável da compreensão que temos dele em nossos dias. Durante muito tempo, sua obra foi vista por estes diversos comentadores como um corpo estranho em nossa literatura, suscitando reações muitas vezes irritadas de entusiastas pela nacionalização da literatura brasileira, que viam com desconfiança sua suposta ausência de interesse pela paisagem e pelos costumes locais. Araripe Jr., por exemplo, fala, numa lembrança autobiográfica, sobre sua irritação quando, entusiasmado com a leitura dos viajantes europeus e suas descrições da natureza tropical, leu os primeiros livros de Machado, “cuja excentricidade punha o meu gosto artístico, o meu chateaubrianismo intransigente, em verdadeiro estado de desespero” (ARARIPE JR, 1958, p. 291-2).

O objetivo deste artigo é observar uma dessas leituras, a de Sílvio Romero, que reforça a imagem de Machado como exemplo de uma tendência das elites brasileiras para se alienar da nacionalidade. Esta aproximação estava muito ligada aos conflitos entre os

defensores dos diversos projetos de identidade nacional e o que eles consideravam como entraves para sua consolidação, principalmente a centralidade política e cultural do Rio de Janeiro no período do Segundo Reinado. Mas essa crítica só pôde ser aplicada na literatura através da utilização contínua da análise biográfica de forma determinista, a qual permitia o diagnóstico de uma alienação pessoal que era, simultaneamente, fonte de alienação cultural.

Tais apontamentos são importantes porque demonstram um traço recorrente na abordagem da obra de Machado, que explica muito sobre sua aceitação e repúdio: Machado como exemplo típico de europeização brasileira, que teria no Rio de Janeiro seu principal palco. Esta assimilação contribuiu para a longa resistência de figuras de destaque na intelectualidade brasileira à sua obra. O Rio de Janeiro tem um papel decisivo no desenvolvimento desta história porque foi a porta de entrada da modernização no Brasil durante este período, mesmo quando, ou principalmente por isto, só acontecesse no nível dos símbolos e imagens (SÜSSEKIND, 1986). A compreensão do repúdio de Machado pelos intelectuais citados deve ser entendida dentro do conjunto de um amplo debate sobre a inserção do Brasil na modernidade e, como tal, ultrapassa o âmbito literário e se funde com problemáticas sociais e políticas. Se ignorarmos esta articulação, perderemos boa parte das questões que foram consideradas mais decisivas na época.

O tema da oposição Corte/nação foi desenvolvido por diversos autores no Brasil da segunda metade do século XIX. Ele partia do incômodo de escritores de diversas regiões com a falta de interesse dos habitantes da cidade pelas culturas locais. José de Alencar, por exemplo, se referiu várias vezes ao maior sucesso de sua obra no interior do que na Corte. O público do Rio de Janeiro demonstrava mais interesse por comédias grosseiras e dramas passionais, em geral franceses, do que pelas produções do teatro nacional. Já no Segundo Reinado estaria se criando o deslumbre com a atualidade literária e mundana europeia, que se difundiria ainda mais na Primeira República (SEVCENKO, 1985). Alencar ficou profundamente decepcionado com a ausência de público na representação de sua peça *O Jesuíta* (1875), defendendo que o mesmo desinteresse por sua obra não existia nas províncias e no interior:

os brasileiros da corte não se comovem com essas futilidades patrióticas; são positivos e, sobretudo cosmopolitas, gostam do estrangeiro; do francês, do italiano, do espanhol, do árabe, de tudo, menos do que é nacional. Isso apenas serve para eleição.

Na alta roda vive-se à moda de Paris; e como em Paris não se representam dramas, nem comédias brasileiras, eles, *ces messieurs*, não sabem que significa teatro nacional". (ALENCAR, 1977, p. 261-4).

A produção artística nacional aparecia para ele como uma cruzada de alguns poucos idealistas. Uma conclusão segura sobre este fato é difícil se levarmos em conta o sucesso de *O Guarani*, o que mostra que o desinteresse talvez não fosse tão total (BROCA, 1981). Mas diz muito sobre o estado de espírito dos defensores da literatura nacional. O público da Corte Imperial demonstrava, em suas preferências culturais, a mesma alienação que a elite política mantinha com relação ao "país real".

Sílvio Romero retoma essa perspectiva e defende a necessidade de preservar os traços culturais do interior do país contra a homogeneização, que estaria *afrancesando* o país a partir do Rio de Janeiro:

É ainda uma das ideias mais queridas da intuição anglo-germânica a guerra à centralização do pensamento nacional, a oposição à imitação do *parisismo*.

O BRASIL É O RIO DE JANEIRO!... dizemos, macaqueando inconsideradamente a frase - A FRANÇA É PARIS!...

Não cansarei de bradar contra semelhante absurdo. Não somente há tendências diversas na literatura das províncias ao norte e ao sul como as há especialmente das províncias para a Capital e tais diferenças devem ser mantidas.

A grandeza futura do Brasil virá do desenvolvimento autônomo de suas províncias, hoje Estados. Os bons impulsos devem ser secundados, aplaudidos.

Não sonhemos um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das ideias. Do concurso das diversas influências dos Estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa (...). Que seria melhor: uma pátria uniforme, morta, gelada, ou vivace e múltipla em suas manifestações? (...). Não se chama isto dividir a literatura nacional em duas; é apenas afirmar a unidade na multiplicidade (...). Tenhamos, sim, muito cuidado com as pretensões compressoras da Capital, estejamos alerta contra o *parisismo* e contra a almejada *ditadura científica* de um centro regulador das ideias... É uma nova fórmula do jesuitismo! (ROMERO, 1980, p. 149-52).

70 A passagem parte de uma referência às matrizes teóricas alemãs que influenciaram Romero. O tema da transferência de ideias e modos de civilização é profundamente inserido na história do século XIX, herdado do conflito entre o iluminismo francês e romantismo alemão do século XVIII, que foi desenvolvido por autores de diversas vertentes, tanto conservadoras como liberais (ELIAS, 1990). A extensão e penetração deste debate podem ser explicadas devido à urgência que suas questões alcançaram em um século marcado por explosões revolucionárias de impacto internacional e pela influência de ideologias de caráter universalista, como o liberalismo, o marxismo e o positivismo, em um quadro de expansão do nacionalismo de minorias e de impérios transcontinentais. A oposição entre o local e o internacional atingiu proporções de um grave problema político e cultural.

O discurso dominante de tendência liberal na Europa tendia a ver as culturas locais como arcaísmos ou peças curiosas para a antropologia. Elas apareciam, por outro lado, como empecilhos para a modernização e a civilização dos costumes empreendida pelas grandes potências, que lhes impunham as alternativas da submissão, agregação às culturas maiores ou, caso desejassem a autonomia política, o abandono de qualquer ambição expansionista e resignação com seu caráter provincial. Para o pensamento liberal, e logo após para os evolucionistas, liberais ou não, a submissão às civilizações mais adiantadas seria um bem para as pequenas culturas locais, que encontrariam uma possibilidade de aperfeiçoamento das instituições e dos costumes (HOBSBAWN, 1990). A ameaça de que um centro gerador de ideias cosmopolitas de grande repercussão pudesse extinguir a diversidade regional, empobrecendo os potenciais da criatividade humana e criando sociedades homogêneas e repetitivas, era denunciada por críticos do iluminismo desde o século XVIII (HERDER, 1995). A linguagem apocalíptica pintando um mundo morto e congelado, despido do calor

vital que a natureza fornece através de sua variedade e que a cultura humana se enriquece ao procurar reproduzir, também tem a mesma origem.

Compartilhando dessa posição, Romero tentou pensar o Brasil sob a luz do contexto de disputa imperialista do fim do século XIX, sustentando a necessidade de defesa do direito de soberania de cada nação através da preservação de sua especificidade cultural:

Qualquer que seja a força, a corrente da civilização contemporânea para nivelar os povos, extinguido-lhes as originalidades; qualquer que seja o impulso do cosmopolitismo hodierno, obra da troca constante e facilíma de ideias e sentimentos entre as nações de nosso tempo, qualquer que seja esse impulso para igualar numa uniformidade monótona as tendências intrínsecas e hereditárias dos povos, ainda assim é impossível negar a aptidão de raças diversas para diferentes esferas da atividade intelectual. (ROMERO, 1977, p. 266).

Ao contrário de muitos autores das correntes científicas e evolucionistas que Romero dizia seguir, sua tentativa de preservar a singularidade brasileira e fortalecer seu sentido de identidade valorizava o local, a diversidade cultural e a necessidade de preservá-la, em vez de considerá-los exclusivamente como resquícios de sociedades inferiores e extemporâneas. O lado mais explicitamente romântico de seu pensamento lhe permitia elaborar um discurso de intenção contra-eurocêntrica.

A utilização do instrumental crítico romântico, porém, é enquadrado em uma teoria geral evolucionista que, inevitavelmente, teria que enfrentar o problema da *struggle for life*. Nesse caso, a vitória do mais forte implica na subjugação ou destruição do mais fraco, o que diverge da defesa do direito de existência de todos os povos e entra em contradição com o valor da diversidade cultural. A defesa da diversidade assume um caráter instrumental ao considerar a vitalidade nacional como arma na luta pela sobrevivência. A referência a uma “ditadura científica” do Rio de Janeiro é uma passagem importante para nossos propósitos. Romero opunha a vitalidade e juventude das culturas regionais contra a força homogeneizadora vinda do centro imperial. A vida na Corte é identificada como excessivamente marcada pelo artificialismo nos costumes e nas ideias. Com isso, faz uma inversão do contexto nacional, transformando a província na verdadeira civilização brasileira e o Rio de Janeiro cosmopolita em um centro de imitação. Criticava então a falta de compreensão do “povo” brasileiro a respeito de si mesmo:

Nós desconhecemo-nos a nós mesmos.

considerado...como tipo sociológico, o povo brasileiro é apático, sem iniciativa, desanimado, (...). É assinalável a propensão que temos para esperar, nas relações internas, a iniciativa do poder, e, no que é referente à vida intelectual, para imitar desordenadamente tudo quanto é estrangeiro, *scilicet*, francês.

A nação brasileira não tem pois em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política, nem intelectual (...). (ROMERO, 1980, v. I, p. 145).

Romero culpava o poder político centralizado pela desmotivação geral da sociedade brasileira, argumentando que a origem da situação estava na tendência do “bacharelato” brasileiro de tentar resolver todos os problemas com dispositivos legais: “O Brasil é um país de legistas; a formalística nos consome; todas as nossas questões se resolvem pela praxe” (ROMERO, 1969, p. 118). A lei formal empobreceria a vitalidade social e a criatividade

nacional. Porém, considerando sua avaliação de que a nação brasileira não teria “forma própria”, nos perguntamos se não foi o próprio Romero quem apontou o vigor das culturas provinciais e seu direito de existência? Por que então a nação não teria forma própria? A resposta é que ela existe, mas se submete ao poder de um frágil transplante europeu, o Rio de Janeiro cosmopolita. A presença deste elemento alienígena fratura a unidade nacional e, mantendo a população submissa na expectativa da ação do poder central, não deixa que sua força se desenvolva. Esta análise já está presente em um de seus primeiros trabalhos:

não existe de fato oposição saliente entre as nossas tendências ao Norte e ao Sul. Onde eu encontro luta latente e profunda divergência é entre os nossos hábitos provincianos e a degeneração adiantada da vida cortesã em nossa terra. O Sul não se opõe ao Norte senão nos conceitos da Geografia. Ambos eles, porém, divergem consideravelmente, por suas aspirações livres da aura mórbida e corrupta que se exala da famigerada Corte, em que alguns bem-aventurados falam com o mesmo acento e unção com que falam os crentes na Corte Celeste! (ROMERO, 1969, p. 112).

Desta consideração, Romero extrai razões para defender a necessidade de incentivos para a literatura provincial, ignorada e subjugada pelo domínio da oligarquia literária fluminense, que denominava ironicamente como “alencarismo e macedismo”, em referência aos dois autores que acusava como principais culpados do estado da literatura no país (ROMERO, 1969, p. 113). Esta crítica ao centralismo cultural da Corte pode ser entendida como parte de uma estratégia de legitimação do próprio Romero. Nascido no Sergipe, ele muda para o Rio de Janeiro mas continua mantendo a posição de letrado da província como seu lugar de legitimação, criando a imagem de um intelectual que não cede aos favorecimentos e mecenato que outros escritores haviam aceitado. Exerce um olhar provinciano, que denuncia e se escandaliza com os modismos, os arranjos políticos e a mundanidade das elites imperiais (SOUZA, 2018).

A discussão sobre a autenticidade cultural era, em grande parte, uma tentativa de estabelecer um filtro sobre os modelos disponíveis de organização política vindos da Europa. A preferência que Silvo Romero demonstrava pela cultura alemã em detrimento da francesa indicava a escolha de uma orientação historicista da política, onde os costumes eram convocados em defesa dos sistemas políticos escolhidos e serviam de instrumento de recusa dos inadequados. O mesmo se aplicava a todas as criações da sociedade, inclusive a literatura, como pode ser percebido por sua definição do romantismo:

Ora, a filosofia dos outros séculos estava no absoluto e a nossa está no relativo; a antiga era *a priori* e a nossa é *a posteriori*. Aquela tinha um direito universal, uma gramática universal, uma arte universal, um modelo universal para tudo; esta ensina ser o direito uma função da vida nacional, a língua uma formação nacional, a poesia uma idealização nacional. Há tantos direitos, gramáticas e artes originais, quantas são as raças que dividem a humanidade. (ROMERO, 1980, v. 3, p. 782).

A defesa de uma abordagem historicista romântica é, em certos aspectos, contraditória com o evolucionismo racial que Romero dizia praticar, tornando-o mais próximo do campo de resistência contra os modelos universalistas de evolução histórica. Ao mesmo tempo, o esforço de encontrar um lugar para o Brasil entre as grandes nações fazia com que a realidade cultural e racial local se apresentasse como um problema.

Nesse ponto, é fundamental inserir esse debate nas reflexões sobre o papel dos letrados na construção da nação. Romero era um defensor ardente do engajamento dos homens de letras no debate nacional e via a atividade crítica como uma busca por soluções dos problemas do seu tempo. O próprio estudo da literatura seria um instrumento para esse fim, o que explica em parte sua rejeição do letrado acadêmico dedicado ao cultivo das belas letras. Ao escrever sobre a história a literatura brasileira, um dos seus principais propósitos era contribuir para a independência mental dos brasileiros, denunciando exemplos de cópia e submissão às ideias importadas. Esse caráter ético e político seria mais essencial do que discussões metodológicas ou estritamente estéticas. A discussão da literatura nunca deve ficar restrita ao texto (PINHA, 2013).

Em sua concepção do papel da narrativa histórica, uma abordagem mais generalizada deveria substituir a crônica anedótica e pitoresca. O objetivo era discernir as leis fundamentais que regem a história nacional. Através desse conhecimento, o letrado garante a legitimidade necessária para diagnosticar os problemas nacionais e oferecer um tratamento, se constituindo como “médico” do social (TURIN, 2005). Embora se apresentasse como um crítico das elites imperiais, que procurou valorizar a cultura popular do interior do Brasil, Romero não acreditava na capacidade de mobilização política desses setores da população. A ação transformadora do país teria que partir de letrados cientificamente orientados (SOUZA, 2018). A legitimidade desses homens de ciência também se construía pela crítica aos “homens de letras” que se manteriam afastados dos grandes temas nacionais do momento (SCHWARCZ, 1993).

Romero via a literatura como um documento sobre o processo evolutivo da uma nação. O valor de uma obra dependeria de sua inserção na evolução cultural e de sua representatividade étnica. A melhor literatura é aquela que contribui para o fortalecimento da coesão étnica da nação. Daí que o texto literário expressa as fissuras e padrões de um determinada população. Os escritores são, basicamente, exemplos e representantes de características nacionais, visíveis na própria forma de expressão. A adoção de teorias deterministas na relação linguagem-contexto fez com que a sociedade e a biografia predominem como instrumentos interpretativos da literatura. E a própria sociedade foi pensada através de concepções organicistas ou culturalistas, que privilegiam o traço generalizador, a “índole” ou o “caráter” nacionais, acima da diversidade e da originalidade (VENTURA, 1991).

A intenção combatente e a perspectiva sociológica aplicada no estudo da literatura dificultaram o desenvolvimento da reflexão propriamente teórica sobre a especificidade da linguagem literária (LIMA, 1989). Assim, a ficção foi minimizada diante da “cultura” e da “sociedade”, as quais estabeleciam o referencial para a leitura do que era ou não aceitável, impondo os critérios de autenticidade e representatividade sobre os de questionamento e ruptura. A obra de Machado de Assis está entre as mais visadas por esta crítica, fonte de constantes manifestações de desagrado e desconforto, exatamente por desafiar seus paradigmas e modos de leitura. Investindo muito no ficcional e pouco no documental ou no confessional, Machado se deslocou da vertente nacionalista, pedindo formas de leitura que a crítica documental não estava preparada, ou disposta, a realizar.

O ataque mais extenso de Sílvio Romero contra Machado de Assis foi o livro *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira*, publicado em 1897. Nele, Romero se apresenta como o primeiro a realizar uma análise crítica e interpretativa verdadeira do romancista, reprovando a tendência apologética de seus admiradores, que impedia qualquer tentativa de estudo objetivo de seu mestre. Culpa a organização facciosa da vida literária brasileira da época por esta situação mas, curiosamente, o próprio Machado é apresentado como avesso a esse tipo de apadrinhamento. O livro estava direcionado, igualmente, contra seu principal adversário entre os críticos literários do período, José Veríssimo, cujas posições estão subjacentes todo o tempo. Veríssimo havia defendido Machado dos ataques da crítica nacionalista, argumentando que o critério da temática local não era o único válido para avaliar a qualidade de um autor (VENTURA, 1991). Romero parece ter concluído que o ataque se dirigia a ele próprio e preparou uma refutação demonstrando que esta também não era, de fato, sua posição:

A inspiração nacionalista não é, ao que se repete vulgarmente, a que é mais pegada à vida nacional... O espírito nacional não está estritamente na escolha do tema, na eleição do assunto, como se costuma supor.

Não é mais possível hoje laborar em tal *mal-entendu*. O caráter nacional, esse *quid* quase indefinível, acha-se ao inverso, na índole, na intuição, na visualidade interna, na psicologia do escritor. Tomasse um eslavo, um russo, como Tolstói, por exemplo, um tema brasileiro, uma história qualquer das nossas tradições e costumes, havia de tratá-la sempre como um russo. Isso é fatal. Tomasse Machado de Assis um motivo, um assunto entre as lendas eslavas, havia de tratá-lo sempre como brasileiro, queremos dizer, com aquela maneira de sentir e pensar, aquela visão interna das cousas, aquele *tique*, aquele *sestro* especial, se assim nos podemos expressar, que são o modo de representação espiritual da inteligência brasileira.

Machado de Assis não sai fora da lei comum, não pode sair, e ai dêle se saísse. Não teria valor. Ele é um dos nossos, um genuíno representante da sub-raça brasileira cruzada. (ROMERO, 1936, p. 26).

Devemos desdobrar esta passagem, pois ela resume a forma como serão operadas as análises seguintes. É importante ressaltar que a compreensão do procedimento crítico de Romero não pode ser buscada apenas na argumentação teórico-analítica, sendo necessário acompanhar o movimento de certas imagens que percorrem o texto. Partirei do princípio de que elas refletem o imaginário higienista da segunda metade do século XIX. Não são apenas figuras de retórica e sim elementos estruturantes de sua análise. A temática local não é o elemento definidor da inserção de um autor na nacionalidade, ao contrário do proposto por autores românticos, e sim a forma com que sua literatura apresenta sinais das determinações do meio em que vive. A singularidade dos “tiques” nacionais atuaria sobre a superfície do texto através do vocabulário, das imagens e do tom compartilhados por uma cultura. Esses tiques estariam para além da escolha do escritor e se imporiam sobre seu modo de expressão, sobrepostos sobre qualquer assunto abordado.

Ele insiste com muita veemência em que os elementos “meio” e “raça” não são suficientes para explicar o processo da criação literária. É fundamental a percepção dos esforços conscientes do homem, como ser criativo, para enfrentar e superar as limitações impostas pelas determinações naturais. Considera também que a identidade cultural de uma sociedade, representada pelas expressões da nacionalidade, tem um caráter “quase

indefinível”. Neste ponto, ainda podemos observar Romero pensando dentro do quadro conceitual romântico. Os parâmetros para sua principal crítica a Machado começam a aparecer: a contradição entre a marca nacional indelével e a filosofia subjacente em sua obra. Neste aspecto, Machado também seria um exemplo típico do século XIX brasileiro em seu aspecto mais alienado. Nesse livro, proposto como um trabalho objetivo sobre literatura, Romero continua a desenvolver as ideias sobre o caráter nacional expostas anteriormente. Via o Brasil de sua época como um país ainda não formado, extemporâneo à modernidade, pois não completara a unidade étnica que deveria resultar da união das raças formadoras, se possível com a predominância do branco, nem tinha uma história comum que o identificasse como uma comunidade nacional. O Estado era uma ficção formal inventada por teóricos da elite política imperial, um enxerto produzido por um centro de poder alienado do resto do país:

Deu-se...uma espécie de disparate, de contradição intrínseca (...) uma pequena elite intelectual separou-se notavelmente do grosso da população, e, ao passo que esta permaneceu quase inteiramente inculta, aquela, sendo em especial dotada da faculdade de aprender e imitar, atirou-se a copiar na política e nas letras, quanta coisa foi encontrando no velho mundo, e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relação com o ambiente e a temperatura exterior. (ROMERO, 1936, p. 70-2).

Ignorando a realidade sócio-cultural de atraso do país, a elite inventaria uma nação ideal no papel, mas inexistente na prática. Romero acusa o parlamentarismo brasileiro e a constituição do Império de serem frutos do idealismo formal dessa elite (ROMERO, 1979).

Em sua teorização geral sobre o método de estudo da poesia, Romero argumenta que o problema da nacionalidade na literatura não estaria no descritivismo regionalista e sim na psicologia dos povos:

o complexo de tendências e instituições do espírito nacional; alguma coisa que o indivíduo só por si não explica, que só o povo em sua amplitude genérica deixa notar claramente. Assim como há um espírito da época (ZEITGEIST), que domina um momento dado da história, há um espírito comum (ALGEIST), que determina a corrente geral das opiniões de um povo. (ROMERO, 1980, v. I, p. 145).

A passagem usa mesmo as palavras-chave da escola romântica alemã. No entanto, a prática analítica não corresponde ao esperado porque o autor se esforça em uni-la com as doutrinas científicas correntes em sua época. Precisamos acompanhar o deslocamento que seu método analítico opera, passando dessas colocações gerais de teor romântico para um método de leitura evolucionista para, a seguir, recuperar uma possível articulação entre elas. Romero procura, com a utilização do instrumental científico, elaborar uma dura crítica do movimento romântico no Brasil. O romantismo brasileiro, marcado pelo artificialismo da linguagem, vício verborrágico e pelo gosto dos jovens pela aparência doentia na linha byroniana, seria um claro diagnóstico dos traços que o meio e a raça impuseram sobre a cultura brasileira:

A nação não ama de frente a natureza, nem se une a ela pela ciência ou pela arte. Os moços quase nunca têm uma inspiração sua, nacional, brasileira; não neutralizam a fraqueza original de nosso espírito pelo regime saudável da ciência, pelo estudo sério e pela higiene do corpo. (ROMERO, 1980, v. I, p. 94).

A “higiene física” recebe uma equivalência com “higiene cultural”. A metáfora higienista indica que a ciência, como instrumento para o pensamento claro e a busca objetiva da realidade, deve limpar o artificialismo que impera na cultura brasileira, representado pelo romantismo e pelo bacharelismo, que são pensados como um único complexo histórico e social. O importante para nossa questão é que Romero encontra um meio de estender a crítica sócio-política para a paisagem física brasileira, tornando a perspectiva científica natural e adequada ao ambiente local: “Não temos monstruosidades naturais (...). As noites são claras e tépidas. Tudo nos convida para as concepções naturalistas, calmas e serenas, sem nebulosidade” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 95). De certa forma, a própria geologia do território seria definidora da organização política-administrativa do país. Depressões do planalto central e o sistema fluvial teriam sido decisivos para a unidade política (RAUTER, 2018).

As “monstruosidades naturais” que ele cita, como as montanhas do Himalaia ou o deserto da Austrália, se caracterizariam pelo excesso, a falta de regularidade e os contrastes chocantes. A paisagem brasileira, ao contrário, seria formada por vastos espaços, simetria e suavidade. Romero identifica este ambiente como propício à clareza e amplidão de conhecimento. Dessa forma, podemos identificar o quadro de um país limpo mas com um povo doente, necessitado de urgente processo de alimentação saudável, física e espiritual.

A metáfora da higiene também abrange a expectativa de uma cultura mais viril, adequada para a luta pela sobrevivência entre as nações modernas. Daí que repudiasse o romantismo melancólico de Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu: “Todos estes moços são um mau exemplo para nós os de hoje; havemos mister de tipos mais varonis, de lutadores mais valentes” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94). A falta de virilidade conquistadora resultaria na tendência para a morbidez, a introspecção e a alienação, já amplamente difundidas na elite cultural brasileira, descrita em linguagem higienista como “sonho polucional de umas cismas raquíticas” e “extravasamento de ONANISMO intelectual” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94). Machado teria incorrido em erro equivalente ao escolher o cético humor inglês, o qual destoaria agudamente da índole positiva dos brasileiros: “O temperamento, a psicologia do notável brasileiro não são os mais próprios para produzir o humor, essa particularíssima feição da índole de certos povos. Nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (ROMERO, 1936, p. 80).

Os elementos contextual e racial se tornam, então, imperativos sobre os autores, cujo não cumprimento indica um processo de alienação tanto cultural quanto pessoal. É interessante observar que, no mesmo livro, Romero se mostra extremamente irritado com a afirmação de Veríssimo de que a filosofia e a lógica sistemática seriam contrárias à índole do brasileiro, a mesma filosofia de vertente inglesa e alemã as quais ele mesmo se apresentava como divulgador no Brasil. A opção adequada para Machado, de acordo com a necessidade de conhecimento e engajamento que o país precisava para se tornar uma nação, seria desenvolver seu talento como observador de costumes. Nesse ponto, Romero inicia a discussão do problema do que hoje chamaríamos de representação social.

Em primeiro lugar, Machado não teria capacidade imagística e visual: “Em seus livros (...) falta completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história e da vida humana” (ROMERO, 1936, p. 55). Apesar das acusações de repetitividade que seriam características do estilo machadiano e uma maldosa referência à gagueira, produto de “uma lacuna do romancista nos órgãos da fala” (ROMERO, 1936, p. 56), observa que o texto é ostentoso e que sua “arte gosta de se exibir” (ROMERO, 1936, p. 65). Estes comentários se encaminham para a conclusão de que a pouca capacidade narrativa, a ausência de fôlego e o vocabulário restrito são resultados do reduzido número de ideias que o autor tem para exprimir. Poderíamos concluir, então, que Machado seria um autor medíocre?

A intenção de Romero parece ser mais sofisticada. Ele quer demonstrar que Machado é um grande talento, mas que desperdiçou suas capacidades ao entrar em contradição com as determinações de seu tipo racial e nacional, que eram contrários ao ceticismo do humor inglês. Daí que seu estilo parece ser superposto artificialmente ao tema, ocultando a verve realista que seria seu verdadeiro talento. As características raciais e culturais não aparecem apenas como indicadores que ajudem a compreender a obra como expressão de uma população mas, igualmente, como um *imperativo* sobre os autores e uma base *física* para o exercício de julgamento estético. Ambas operam a partir de um critério de *autenticidade* subjacente à relação texto-contexto, com ampla supremacia do segundo elemento.

Anteriormente, apontei como ele encontra na paisagem brasileira, marcada pela regularidade, a legitimação para seu gosto literário. Ao usar o instrumental biográfico-racial, acusa a ficção machadiana de desconhecer a sua verdadeira origem. A ficção é, então, pensada como *artifício* e reprovada como inadequada ao contexto local. Podemos concluir que o descompasso entre vida, raça e obra em Machado resultaria em uma perda de simetria, abrindo o fosso entre realidade e a inclinação para o desvario e masturbação mental característicos da elite cultural brasileira.

Reforçando o uso de determinismos raciais, Romero sugere que a falta de regularidade e harmonia é um mal cultural brasileiro, característico de um povo miscigenado. A patologia mental na crítica literária do século XIX tinha estreita relação com o naturalismo cientificista, pois apresentava as características de estilo de um autor como produto de deformações físicas, muitas vezes de origem racial. Dessa aproximação nascem termos médicos para o estudo de traços culturais, como a “histeria” das mulheres e a “indolência” dos negros. Esses pretensos perfis naturais muitas vezes funcionavam como tentativas de dar revestimento científico para caricaturas e lugares comuns vigentes nos preconceitos da época (GAY, 1995). Machado fornecia material fácil para aplicação destes métodos ao unir uma origem racial miscigenada, um aparente cultivo de inclinações mórbidas e pessimistas e uma linguagem recheada de referência literárias, que foi interpretada como sinal de necessidade de fuga das origens.

O interesse de Romero pelo darwinismo social da segunda metade do século XIX deve ser ressaltado neste ponto. Como aponta Arno Mayer, esta tentativa de aplicar a teoria da evolução das espécies aos fenômenos sociais era marcada por um caráter sincrético, onde

os elementos componentes podiam ser interpretados e usados de acordo com objetivos teóricos e políticos bastante diferentes, quando não opostos (MAYER, 1990, p. 273-4). Romero acusava Machado de ignorar sua herança racial e cultural e apontava este tipo de alienação como parte de um mimetismo e subserviência característicos do brasileiro, o que prejudicaria a vitalidade da nação. Inserida no pensamento darwinista social e no contexto imperialista, esta crítica significava que o Brasil enfraquecia sua unidade e força interna na luta contra outras potências pela sobrevivência do mais forte. Saúde, virilidade e regularidade são valores que permitiriam ao Brasil participar do esforço de desenvolvimento que as potências industriais conquistaram no fim do século: “O grande prestígio da ciência e da indústria modernas está no poder de neutralizar as influências deprimentes do mundo exterior” (ROMERO, 1980, v. 1, p. 94).

No quadro deste discurso darwinista modernizador, o paradoxo e o artifício aparecem como ameaças de dissolução. O “estrangeirismo” de Machado, sua suposta dificuldade em lidar com a origem racial mestiça e a paisagem nacional, seria exemplo de uma espécie de “inimigo interior” que precisava ser combatido. A grande ironia deste processo é que o romancista que tanto desafiou os hábitos literários nacionais acabou sendo fonte para o seu exercício nas vertentes mais deterministas.

Referências Bibliográficas

78

ALENCAR, José de. Prefácio a “O Jesuíta”. *In.: Teatro completo*. v. 1. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra crítica*. v. 1. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1958.

ASSIS, Machado de. Na Academia Brasileira. Discurso Inaugural. *In.: Obra completa*. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BROCA, Brito. “Alencar: vida, obra e milagres”. *In.: Ensaios da mão canhestra*. São Paulo: Pólis; Brasília: INL, 1981.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HERDER, Johann Gottfried. *Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade*. Lisboa: Antígona, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1989.

MAYER, Arno. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PEREIRA, Milena da Silveira. **Insultos & Afagos**. Sílvia Romero e os debates de seu tempo. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PINHA, Daniel. Sílvia Romero, a escrita da história e o papel do homem de letras na formação nacional brasileira. **Cadernos de História das Ciências**, n 9 (2), p. 91-107, 2013.

RAUTER, Luísa. Já andamos fartos de discussões políticas, o Brasil social é que deve atrair todos os esforços de seus pensadores [...]. Sílvia Romero, o problema do povo-nação e o pensamento social brasileiro. **História & Perspectivas**, n. 39, p. 221-239, 2009.

ROMERO, Sílvia. **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

ROMERO, Sílvia. A filosofia no Brasil. *In.*: **Obra filosófica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ROMERO, Sílvia. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

ROMERO, Sílvia. Parlamentarismo e Presidencialismo na República do Brasil. *In.*: **Realidades e ilusões no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

ROMERO, Sílvia. **História da literatura brasileira**. vols. 1 e 3. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**. O diálogo entre Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. São Paulo: Autêntica, 2018.

SÜSSEKIND, Flora. **As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**. Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação. UFRGS. Porto Alegre. 2005.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.